

## Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto\*

*Historiographic disputes about nazism and holocaust*

*Disputas historiográficas sobre nazismo y holocausto*

Karl Schurster\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-1363-119X>

Alana de Moraes Leite\*\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-4071-1777>

*“O holocausto deve ser incorporado à vida, no presente e no futuro, para dar o significado que não tinha quando aconteceu.”*

**Yehuda Bauer.**

---

\* Artigo desenvolvido no âmbito do projeto Regimes Autoritários e o Ensino de Traumas Coletivos, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

\*\* Professor Livre-Docente da Universidade de Pernambuco, Coordenador Acadêmico do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória - UPE e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma Universidade. Realizou o primeiro Pós Doutorado na Universidade Federal Rural de Pernambuco com período de pesquisa na Universidade Nacional de La Plata/Argentina e segundo Pós Doutorado na Universidade Livre de Berlim (2017). Doutor em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ com estágio de pesquisa na Freie Universität Berlin. Organizou juntamente com Francisco Carlos Teixeira da Silva e com Francisco Eduardo Alves de Almeida a obra “Atlântico: a história de um oceano” (Civilização Brasileira), vencedora do prêmio jabuti (2º lugar em Ciências Humanas 2014), é um dos organizadores da obra “Por que a guerra? das batalhas gregas à ciberguerra - uma história da violência entre os homens” (Civilização Brasileira - 2018), escreveu o livro infantil “Ester, uma estrela na guerra” (Autografia, 2017), dentre outros. Se dedica ao estudo comparado das ditaduras europeias das décadas de '30 e '40, da historiografia alemã contemporânea e do Ensino de História de Eventos Traumáticos. Foi bolsista do Instituto Yad Vashem em Jerusalém/Israel (2014) onde desenvolve pesquisa sobre a memória do Holocausto, recebendo nova bolsa de estudos em 2018. E-mail: karl.schurster@gmail.com

\*\*\* Professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba, campus I - Campina Grande, na área de Teoria da História. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Publicou o artigo “Lembrar o que todos querem esquecer: a urgência do ensino de traumas coletivos” (Revista Aquila, 2020) e “História da Historiografia do Tempo Presente: questões e debates”, juntamente com o Prof. Dr. Karl Schurster, no livro “Tempo Presente: uma história em debate” (Autografia; EDUPE, 2019), dentre outros. Vinculada ao grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL) - pela linha de pesquisa História do Tempo Presente. Atualmente desenvolve pesquisas na área de Ensino de História de Eventos Traumáticos, com ênfase na Shoah. E-mail: a.alanamoraes@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central discutir as batalhas historiográficas que se formaram em torno do fenômeno nazista. A escrita da História da Shoah por muito foi secundarizada em prol da escrita do Nacional-socialismo; em seguida, a discussão esteve presa a esta e, por fim, chegou à independência, conquistando um lugar próprio na historiografia. Consideramos que toda a historiografia acerca do Nacional-socialismo – as discussões advindas da Escola de Frankfurt, a abordagem da Escola de Bielefeld, o debate entre intencionalistas e funcionalistas e seus desdobramentos em algumas frentes na *querela dos historiadores*, o revisionismo, a partir do debate realizado entre Hayden White e Carlo Ginzburg e as discussões historiográficas situadas no pós-Guerra Fria – é o que possibilita o atual estágio de desenvolvimento das pesquisas acerca da shoah. A historiografia que tem se debruçado sobre a análise da *querela dos historiadores* alemães aponta para a característica de que o debate não fez avançar os estudos do regime nazista em termos de conhecimento real, fazendo-se preciso atentar ao fato de que o interesse em acontecimentos cronológicos ou na história alemã não era o objetivo, ao menos para uma parte dos historiadores, da produção que se desenvolvia. Antes disso, uma forte contribuição no sentido historiográfico pode ser notada no que concerne à relação do historiador com as suas, como queria Michel de Certeau, *condições de produção*. O posicionamento quanto ao contexto, à narrativa, aos limites da escrita histórica e à responsabilidade social do historiador são, indubitavelmente, avanços proporcionados pela historiografia do Nacional-socialismo.

Palavras-chave: Nazismo. Holocausto. Historiografia.

ABSTRACT: The main objective of this article is to discuss the historiographical battles that were formed around the Nazi phenomenon. The writing of the History of Shoah has long been secondary to the writing of National Socialism; then, the discussion was stuck to this one and, finally, it reached independence, conquering its own place in historiography. We consider that the whole historiography about National Socialism - the discussions arising from the Frankfurt School, the approach of the Bielefeld School, the debate between intentionalists and functionalists and its unfolding on some fronts in the *historians' quarrel*, revisionism, from the debate between Hayden White and Carlo Ginzburg and the historiographic discussions in the post-Cold War period - this is what makes the current stage of development of shoah research possible. The historiography that has focused on the analysis of the German *historians' quarrel* points to the characteristic that the debate did not advance the studies of the Nazi regime in terms of real knowledge, making it necessary to pay attention to the fact that the interest in chronological events or in German history was not the objective, at least for a part of the historians, of the production that was developed. Before that, a strong contribution in the historiographical sense can be noted with regard to the historian's relationship with his, as put by Michel de Certeau, *conditions of production*. The positioning regarding the context, the narrative, the limits of historical writing and the social responsibility of the historian are undoubtedly advances provided by the historiography of National Socialism.

Keywords: Nazism. Holocaust. Historiography.

RESUMEN: El objetivo principal de este artículo es discutir las batallas historiográficas que se formaron alrededor del fenómeno nazi. La escritura de la Historia de Shoah ha sido durante mucho

---

tiempo secundaria a la escritura del nacionalsocialismo; entonces, la discusión se atoró a esta y, finalmente, alcanzó la independencia, conquistando su propio lugar en la historiografía. Consideramos que toda la historiografía sobre el nacional-socialismo - las discusiones que surgen de la Escuela de Frankfurt, el enfoque de la Escuela Bielefeld, el debate entre intencionalistas y funcionalistas y su desarrollo en algunos frentes en la *disputa de los historiadores*, el revisionismo, desde el debate entre Hayden White y Carlo Ginzburg y las discusiones historiográficas en el período posterior a la Guerra Fría - esto es lo que hace posible la etapa actual de desarrollo de la investigación de la shoah. La historiografía que se ha centrado en el análisis de la *disputa de los historiadores* alemanes señala la característica de que el debate no avanzó los estudios del régimen nazi en términos de conocimiento real, por lo que es necesario prestar atención al hecho de que el interés en los eventos cronológicos o en la historia alemana no era el objetivo, al menos para parte de los historiadores, de la producción que se desarrolló. Antes de eso, se puede notar una fuerte contribución en el sentido historiográfico con respecto a la relación del historiador con sus, como Michel de Certeau quería, *condiciones de producción*. El posicionamiento con respecto al contexto, a la narrativa, a los límites de la escritura histórica y a la responsabilidad social del historiador son, sin duda, avances proporcionados por la historiografía del nacionalsocialismo.

Palabras clave: Nazismo. Holocausto. Historiografía.

### Como citar este artigo:

Schurster, Karl; Leite, Alana de Moraes. “Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 386-406.

\*\*\*

As disputas historiográficas revelam um duplo caráter: de um lado, o avanço do exercício científico, do outro, o lugar político e social do qual falam os historiadores. Os conflitos de interpretação e produção de embates são, portanto, implicações políticas do fazer historiográfico. Nosso objetivo aqui é traçar a historiografia do Nacional-socialismo que possibilitou a abertura para discussão acerca da Shoah, fazendo-se necessário para isso escolhas teóricas caras ao entendimento do objeto. Levando em consideração que o conteúdo presente nesses debates já foi largamente discutido no Brasil e que uma parte considerável dos livros que os compõem se encontram traduzidos para o português, buscaremos apresentar os eixos gravitacionais dessas frentes de debates, que acreditamos terem sido de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas nas quais se debruçam hoje os historiadores.

A historiografia do Nacional-socialismo se desenvolve na década de 1950, com a predominância do debate sobre o totalitarismo, que enxergava o Terceiro Reich como um sistema monolítico de oposição Estado – Sociedade Civil, e na década posterior, com a Nova História Social, a qual buscou analisar as relações existentes entre o regime nazista e a sociedade alemã. A

historiografia da Shoah, por sua vez, secundarizada durante o período de escrita da história do Nacional-socialismo, desenvolve-se principalmente a partir dos anos 1980. Dessa forma, nota-se que por muito tempo a Shoah e o Nacional-socialismo se colocam como eventos distintos para a historiografia. Mesmo diante desse reconhecimento, consideramos que foram os estudos desenvolvidos, desde os anos 1950, acerca do Nacional-socialismo que possibilitaram a abertura da historiografia para escrever a História da Shoah.

Em plena guerra, uma das primeiras interpretações acerca do Nazismo veio da Escola de Frankfurt, esta centrava-se na emergência da “*recusa à alteridade*” como chave explicativa e, em certa medida, na relação entre capitalismo e fascismo, explanada por Max Horkheimer (1855-1973), Herbert Marcuse (1898-1978) e, de maneira bastante marcante para a historiografia, Franz Neumann (1900-1954), que se debruçou sobre o funcionamento do Nacional-socialismo e a conceitualização de diferentes tipos de ditaduras. Os chamados frankfurtinianos defendiam uma abordagem capaz de unir elementos sociais, políticos e comportamentais para a explicação do fenômeno nazista.

Nos anos imediatamente posteriores a guerra, uma disputa de narrativas emerge entre as “duas Alemanhas”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria a Alemanha estava dividida em quatro zonas de influência, o Leste com a influência soviética, e as zonas ocidentais sob influência de França, Reino Unido e Estados Unidos. Ambas as partes buscavam interpretações capazes de redefinir a identidade histórica do povo alemão e justificar, por diferentes vias, a ascensão do Nazismo.

A primeira das interpretações, parte do Leste – a República Democrática Alemã (DDR). O argumento central desta interpretação foi elaborado pela Terceira Internacional, onde o Nazismo se convertia em uma forma de capitalismo monopolista de Estado. Tendo como livro destaque *A legenda do socialismo alemão*, de autoria de Walter Ulbricht<sup>1</sup> (1893-1973), os adeptos desta corrente buscaram opor os dois sistemas econômicos em embate, defendendo que Hitler era pouco mais que um “fantoche” do grande capital alemão, por esta interpretação, o Nazismo chegou ao poder graças a “*trezentos fabricantes de armas e dirigentes de bancos alemães*”, isto é, foi a estrutura econômica que possibilitou a ascensão e os crimes do Nazismo. Desta forma, as maiores vítimas do regime nazista seriam os comunistas e trabalhadores, ficando o extermínio judeu secundarizado (Fontana 2004, 366).

A segunda das interpretações, parte das zonas ocidentais – República Federal da Alemanha (FDR). O ponto vital é o entendimento do Nazismo enquanto responsável específico pelos crimes

---

<sup>1</sup> Político alemão, membro do Partido Comunista da Alemanha e, posteriormente, secretário geral do Partido Socialista Unificado. Responsável pela construção do Muro de Berlin.

---

perpetrados. Para seus adeptos, não foi o capitalismo, e com isso os industriais necessários ao desenvolvimento do país, responsável pela ascensão e crimes cometidos, o responsável direto por tais crimes era o próprio partido nazista. Aqui reside uma questão central, a quantidade de alemães filiados ao NSPAD – Partido Nacional-socialista, em 1945, alcançava o número de oito milhões de pessoas, e não era intenção, em pleno desenrolar da Guerra Fria, entrar em um conflito interno, culpabilizando todos os alemães filiados pelos crimes cometidos. A solução encontrada foi retirar a culpa do povo alemão e responsabilizar Hitler e alguns líderes, que movidos pelo necessário combate ao bolchevismo levaram à cabo os crimes cometidos (Fontana 2004, 367). Nota-se, que esta é a interpretação antípoda a do Leste, enquanto aqueles centraram-se nas estruturas econômicas, estes fixaram-se nas intenções de uns poucos dirigentes.

Nas primeiras discussões acerca da Alemanha no Pós-guerra, o que observamos, portanto, é uma secundarização da temática da Shoah em detrimento de uma disputa de narrativa histórica, entre sistemas político e economicamente opostos. O avanço das discussões, leva-nos a compreensão de que tanto a aproximação “Nazismo – grande capital”, quanto a “Nazismo – comunismo” foram equivocadas. A ideia de ascensão do Nazismo atrelada ao grande capital é uma tese, já superada, de cunho marxista, presente em um importante livro dos anos 1970, *Fascismo e Ditadura: A III Internacional face ao fascismo*, de autoria de Nicos Poulantzas. Anteriormente a chegada do NSPAD ao poder, o financiamento era feito basicamente pelos seus filiados, através de arrecadação, atos e campanhas. Antes de 1930, apenas dois grandes industriais apoiavam o partido: Fritz Thyssen e Ernest Von Borsig. Após as eleições de 1930 houve dois grandes aportes, um feito por Fritz Thyssen, em 1933, e o outro pelo consórcio holandês Shell, deixando claro o objetivo de que o fascismo deveria lutar contra o comunismo. Apenas depois de sua chegada ao poder, a família Krupp, hoje empresa ThyssenKrupp, realizou uma campanha de aportação da economia alemã para o partido nazista.

Por outro lado, a chave explicativa “Nazismo – comunismo” também se mostrou infundada. Essa tese esteve embasada em um argumento chave: “o comunismo e o Nazismo são movimentos totalitários”. O conceito de totalitarismo como chave explicativa foi uma construção teórica da filósofa política Hannah Arendt<sup>2</sup> (1906-1975), e bastante utilizado por jornalistas e conservadores – a exemplo de François Furet, para quem o comunismo e o fascismo eram “gêmeos totalitários” – no cenário de Guerra Fria, tendo, inclusive, seu objetivo atrelado ao contexto da Guerra. Para o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, o conceito de totalitarismo estava

---

<sup>2</sup> O livro de Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo. Anti-semitismo. Imperialismo. Totalitarismo* (2002), sofreu uma forte crítica da historiografia judaica, entre outros motivos, por ter indicado que houve a participação de colaboradores judeus com a Shoah.

---

diretamente relacionado à defesa do liberalismo e a condenação das duas vertentes políticas radicais do século XX. Desse modo, as semelhanças apontadas entre o comunismo e o Nazismo serviam de narrativa aos interesses do bloco capitalista durante a Guerra Fria (Silva 2015, 259).

A disputa para se fixar enquanto interpretação hegemônica, revela que as ferramentas teóricas da política clássica não possuem elasticidade suficiente para explicar o fenômeno fascista. Os três princípios políticos existentes até a ascensão dos fascismos, o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo, não davam respostas satisfatórias a sociedade, abrindo condições para a ascensão de um quarto princípio político: o fascismo (Paxton 2007). Que segundo a teoria de Robert Paxton, conceituado historiador americano, diferente dos três mencionados sistemas, não possui uma base filosófica. Para lê-lo foi, e é, necessário *estranhar*<sup>3</sup> a fórmula pronta pela qual se analisa os sistemas políticos clássicos.

Dessa forma, para iniciar o entendimento da ascensão do Nazismo na Alemanha foi preciso fundar novas ferramentas teóricas e metodológicas, através das quais se passou a diferenciar o aparato teórico do agir político. Em Paxton, está explícita a necessidade de compreensão do trinômio: processo (movimento), ideologia e ação (comportamento). Este último – comportamento, segundo o autor, precisa ser compreendido por meio da propaganda<sup>4</sup> e das relações institucionais – o líder fascista, a máquina estatal e a sociedade civil, que participa com o contentamento ou com o silêncio.

Os anos de 1960 na Alemanha também marcam a historiografia do Nacional-socialismo. Nesse período, surge um grupo de historiadores interessados na História Social (*Historische Sozialwissenschaft*). Membros da Escola de Bielefeld, Hans-Ulrich Wehler (1931-2014) e Jürgen Kocka (1941-), propunham um novo tipo de História, onde pudesse ser empregado os métodos quantitativos e da ciência política, em seu aspecto social, as teorias das ciências sociais. A chamada Nova História Social, em especial os trabalhos de Kocka e Wehler, preocuparam-se em desenvolver o, já existente, conceito de *Sonderweg*<sup>5</sup>, caminho único na Alemanha em direção à modernidade. Segundo as interpretações de Wehler, esse caminho foi dificultado pela aliança entre aristocracia e burguesia no período imperial, gerando um atraso na modernização política e dando espaço ao autoritarismo (Fontana 2004, 368).

---

<sup>3</sup> Para a discussão do conceito de estranhamento necessário ao historiador do Tempo Presente ver: Schurster, 2016.

<sup>4</sup> A capacidade do conceito de propaganda (que em Paxton assume a função de instrumento de atração e disciplina das massas) como explicação única para adesão das massas aos fascismos, considerando que esta fosse capaz de causar *cegueira* e *sedução*, foi objeto de análise, e desconstrução, de importantes trabalhos. No Brasil, a tese do professor Karl Schurster aborda essa questão. Ver: Schurster 2016.

<sup>5</sup> Para o estudo do conceito e da historiografia do *Sonderweg*, ver: Finchelstein, 2010. Cf. Schurster 2016, 93-99. Cf. Schurster. Em: Silva 2015, 233.

---

Nessa medida, a teoria do *Sonderweg*, ao analisar a economia do período imperial e o estabelecimento do capitalismo como modelo econômico, assume um caráter estruturante. Foi a política estrutural econômica, estabelecida por meio da continuidade de poder da aristocracia sobre o Estado moderno industrial, da fragilidade do parlamento e da impotência dos partidos, que gerou um déficit democrático alemão, abrindo espaço para o estabelecimento da política autoritária. A questão central trazida pelos historiadores da Escola de Bielefeld era “*qual o lugar do Nacional-socialismo na História alemã?*” (Schurster 2016, 94), e encontrá-lo só se faz ainda necessário porque o peso do *fenômeno nazí*, para além da sociedade alemã, “*continua a ser uma questão central não só no meio acadêmico, mas também no domínio público*” (Schurster 2016, 99).

Mesmo identificando o caráter estrutural dessa escola, faz-se importante ressaltar que para esta interpretação a figura de Hitler desempenhou um papel fundamental, ao mesmo tempo em que as massas assumiram um papel amorfo, que guiada por um caminho único, transformou-se em um ator passivo, despossuída de poder e de interesse político. Contradizendo esta análise, a tese *Working toward for Hitler*, do historiador inglês Ian Kershaw (1943-), mostra-nos que houve “*disposição, por interesse próprio, de importantes segmentos da opinião pública trabalharem para o regime, explicitando o caráter popular da adesão*” (Silva 2015, 95).

A partir das definições estruturantes da Nova História Social, o Nacional-socialismo viria agora a ser discutido, de forma aberta, por duas escolas: os intencionalistas e os estruturalistas – ou funcionalistas. Assim como os estruturalistas, os intencionalistas também se fixaram na figura de dirigentes como culpados diretos dos crimes cometidos pelo regime nazista, enquanto os primeiros viam a figura de Hitler como fundamental e insubstituível para o extermínio dos judeus, ainda que este não fosse o único fator, para os segundos, Hitler ocupava uma posição quase divina e todos os outros integrantes do partido eram somente figuras obedientes a sua personalidade. A diferença fundamental entre as duas é que enquanto os estruturalistas se concentraram nas estruturas sociais e econômicas que conduziram, quase obrigaram, os alemães a tomar medidas radicais, os intencionalistas acreditavam que o extermínio dos judeus já era uma intenção de Hitler antes mesmo de sua chegada ao poder.

Vê-se então a defesa de duas posições: a intenção prévia de limpar a Europa de judeus, defendida pelos intencionalistas, *versus* uma *radicalização acumulativa das medidas antisemitas*<sup>6</sup>, que teriam levado os nazistas a tomarem uma decisão burocrática a respeito do “problema judaico”, defendida pelos estruturalistas. Definidas essas posições, indicamos como representantes da escola intencionalista, estudiosos como Andreas Hilgruber (1925-1989) e Klaus Hildebrand (1941-), ambos defensores de uma explicação totalitária, daí o entendimento de que a literatura de cunho

---

<sup>6</sup> A tese de “radicalização do poder” foi desenvolvida pelo estruturalista Hans Mommsen.

---

---

totalitarista seja intencionalista, culpe o líder e vitime as massas, citamos ainda, Ernest Nolte (1923-2016), Michael Stürmer (1938-), Joachim Fest<sup>7</sup> (1926-2006), dentre outros. Na escola estruturalista por sua vez, podemos citar nomes como: Hans Mommsen (1930-2015), Martin Broszat (1926-1989), Jürgen Habermas (1929-) e, os membros da Escola de Bielefeld, Jürgen Kocka e Hans-Ulrich Wehler. Acerca dessas mesmas escolas, algumas interpretações surgiram, citamos como exemplo a do professor Saul Friedländer, que divide em duas categorias teóricas: 1) aqueles que voltam sua atenção para o antissemitismo e a figura carismática de Hitler – intencionalistas, entre seus representantes estão o próprio Friedländer, Yehuda Bauer e Israel Gutman, e 2) aqueles que colocam a ênfase na racionalidade instrumental e burocrática do extermínio, nos tecnocratas nazistas e no surgimento da ciência racial – estruturalistas, nesta interpretação, Friedländer situa: Raul Hilberg, Hannah Arendt, Zygmunt Bauman, dentre outros (Finchelstein 2010, 100-101).

Uma semelhança entre as duas escolas que nos parece necessário ressaltar, diz respeito a teoria, já anteriormente citada, do *Sonderweg*, o caminho único, peculiar, na história da Alemanha. Se para os estruturalistas, foi a estrutura social e econômica, que desde o período imperial, empurrava a Alemanha para a Shoah, os intencionalistas buscaram explicar a “*ascensão de Hitler e do partido nazista a partir de uma história alemã específica [grifo nosso]. Eles enfatizaram que o motivo principal para o Holocausto foi a ideologia, embora o modernismo ou a burocracia tenham sido importantes fatores adicionais*” (Bauer 2013, 133).

Para fazer avançar os estudos da Shoah, fazia-se necessário encontrar um ponto de intersecção entre funcionalistas e estruturalistas. Um ponto capaz de abrir novas possibilidades de interpretação, que não restringissem à culpa na figura de alguns líderes e tampouco da sociedade. A superação do debate, estava necessariamente no entendimento de que Hitler não foi o único sujeito atuante no extermínio de judeus, junto a ele atuava a sociedade alemã e as instituições do Estado. Entre os historiadores que apontam a união de elementos das duas versões, destacamos Saul Friedländer, Christopher Browning, Yehuda Bauer, Robert Paxton, e Ian Kershaw.

No que concerne as *batalhas historiográficas* da Shoah, a década de 1980 é marcante. Se as disputas entre intencionalistas e estruturalistas limitaram por um determinado período o número de abordagens possíveis, o desenvolvimento da querela dos historiadores alemães (*die Historikerstreit*), que em larga medida tinham essas disputas como pano de fundo, dilatou a temática e produziu um vasto material historiográfico que posicionou historiadores, filósofos e jornalistas em uma competição pela adesão dos leitores a suas interpretações. Tendo em vista que o debate

---

<sup>7</sup> Participou da querela dos historiadores, que abordaremos a seguir, com um artigo intitulado: “*A recordação culpada*”, publicado em 1986 no Jornal Frankfurt Allgemeine Zeitung – FAZ, do qual era um dos coeditores. O apoio de Fest, juntamente com o de Hildebrand e Stürmer, ao artigo de Ernest Nolte – que possuía uma tendência revisionista, no debate dos historiadores alemães, fez com que Elie Wiesel os classificasse como “o bando dos quatro”.

dos historiadores alemães abriu diversas frentes, adotamos a demarcação apontada por Josep Fontana (2014, 369 et. seq.) para sua descrição, desta forma, apresentaremos dois momentos da querela: i) o debate responsável por dar início, entre Ernest Nolte e Jürgen Habermas – pertencente a Escola de Frankfurt e ii) o debate entre os historiadores, em 1996, com a publicação do livro *os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*, de autoria de Daniel Goldhagen. Outros dois debates situados nesse contexto, especificamente na primeira fase da querela, apresentam características-chaves para a compreensão do avanço dos estudos sobre a temática, são eles: o debate acerca da historicização do Nazismo, entre Martin Broszat e Saul Friedländer, e o debate acerca do caráter da liderança do Führer, entre Hans Mommsen e Ian Kershaw, cujas considerações abrem um período de consenso provisório entre os historiadores.

Para compreender os motivos que levaram os estudiosos a um debate público, é preciso voltar ao contexto. Em 8 de maio de 1985, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, visitou o campo de concentração de Bergen-Belsen e, na mesma ocasião, fez uma visita ao cemitério de guerra em Bitburg, onde estavam enterrados soldados alemães, muitos dos quais, pertencentes a tropa de elite do Terceiro Reich – a SS (*Schutzstaffel* – Brigada de Defesa). As visitas faziam parte das comemorações oficiais de 40 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Além do aperto de mão entre o presidente dos Estados Unidos e o chefe de Estado da República Federal da Alemanha – Richard von Weizsäcker, outro fator precisa ser lembrado: a formação de uma comissão com o objetivo de desenvolver um projeto para construção de dois museus na Alemanha, um Museu Histórico Alemão em Berlim e um Centro de Memória em Bonn, de forma clara um monumento de rememoração tanto das vítimas, como dos seus algozes (Suzuki 1989).

A repercussão dos fatos, especialmente a visita do presidente norte americano, a qual ficou conhecida como fiasco de Bitburg, foi interpretada de diferentes maneiras. Enquanto Ernest Nolte via na repercussão uma evidência de que os alemães nunca deixaram *o seu passado passar*, advogando a favor da superação da culpa, Jürgen Habermas, acreditava que os fatos não poderiam ser entendidos de forma isolada, sendo preciso situá-los no contexto das tendências conservadoras presentes tanto na Alemanha, quanto nos Estados Unidos naquele momento.

A querela dos historiadores alemães tem início em 1986, quando Ernest Nolte, que não era historiador de profissão, publica um artigo intitulado “*O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido*” no Frankfurt Allgemeine Zeitung – FAZ, jornal de tendência conservadora<sup>8</sup>. Nolte, centrava-se em uma questão: a solução final, a qual acreditava ter sido uma decisão isolada do Führer, dizendo ser imprescindível revisar a historiografia para que os alemães

---

<sup>8</sup> O artigo foi uma conferência de Ernest Nolte no colóquio Römerberg, que ocorreu em Frankfurt, em 1986, organizado pela secretaria de cultura.

---

não aceitassem a culpa pela Shoah de maneira submissa, a história da Shoah e do regime nazista deveria deixar de ser vista em *branco e preto*.

Como todo passado, argumentou ele, o passado do Nacional-socialismo precisava ser posto em revisão, pois com o tempo o contexto no qual ele se consolidou, de história escrita pelos vencedores, torna-se cada vez mais visível. O contexto mencionado por Nolte, era uma tentativa de “justificar” a Shoah, ou ao menos aproximá-la de outros eventos, perguntava ele:

[...] não cometeram os nacional-socialistas, não cometeu Hitler um crime "asiático" apenas talvez porque consideravam a si e a seus iguais como vítimas potenciais ou reais de um "crime" asiático? Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a "morte à classe" dos bolcheviques o antecedente lógico e fático da "morte à raça" dos nacional-socialistas? Não podem as ações mais secretas de Hitler ser elucidadas também pelo fato de ele justamente não ter esquecido a "gaiola de ratos"? Em suas origens, não proveio talvez Auschwitz de um passado que não queria passar? (Nolte 1989, 14).

Entre o bolchevismo e os crimes nazistas existia um nexo causal, e este era o extermínio de classe. Os Nacional-socialistas teriam cometido tais crimes para se prevenirem do extermínio com que os ameaçavam o inimigo bolchevista. A origem da “morte à raça” mencionada por Nolte estaria na ideia de “morte à classe”, era preciso compreender o regime nazista e o bolchevismo dentro da mesma chave explicativa: o totalitarismo. O que Nolte propunha, era que a História fosse revisada e o passado deixado para trás.

A réplica inicia algumas semanas depois, no jornal *Hebdomadário Zeit*, por Jürgen Habermas, em um artigo originalmente intitulado “*Uma espécie de acerto de contas. As tendências apologéticas na Historiografia de época alemã*”. Nele, Habermas criticava o revisionismo presente não apenas em Ernest Nolte, como também nos historiadores acadêmicos que deram apoio ao seu artigo, os já citados Joachim Fest, Klaus Hildebrand e Michael Stümer. Os argumentos de Habermas, no entanto, não se iniciam a partir do artigo, ele começa por criticar o próprio contexto que deu a Nolte condições para a sua escrita: a visita a Bitburg e a criação do museu e centro de memória.

Para Habermas, era preciso se perguntar quais os interesses que existiam por trás do ato de dar destinos coletivos a vítimas e algozes, como representado na visita ao campo de concentração e cemitério. De fato, aponta ele, “*o sofrimento é sempre sofrimento concreto, não pode ser retirado do seu contexto*”, no caso do Nacional-socialismo, o sofrimento concreto é vivenciado de maneiras diferentes, em um mesmo tempo e mesmo espaço, para *criminosos e responsáveis* de um lado e, para *vítimas e opositores* de outro. Na análise de Habermas, as intenções expressas por trás do ato indiferenciado entre vítimas e algozes seria então o de conferir um consenso e uma reconstrução da identidade alemã em nome da autoconfiança nacional e a necessidade de manter uma narrativa em que o bolchevismo é o inimigo, dessa forma, a matança sistemática de milhões de judeus seria a *consequência exclusiva da doutrina racial radical*. Para Habermas, o revisionismo de Nolte servia ao

---

interesse político da época, de forjar uma identidade nacional, na medida em que solucionava duas questões:

[...] os crimes nazistas perdem sua singularidade porque podem ser compreendidos, no mínimo, como respostas às ameaças de extermínio (que persistem até hoje) por parte dos bolcheviques. Auschwitz reduz-se ao formato de uma inovação técnica e explica-se a partir de uma ameaça "asiática" de um inimigo que ainda continua à nossa porta (Habermas 1989, 14).

Por essa avaliação, a consciência histórica assume um papel militante de legitimação do sistema político vigente. O revisionismo de Ernest Nolte advogava em nome de uma revisão do Nacional-socialismo e da reconstrução da identidade alemã. Jürgen Habermas, por sua vez, alertava para o fato de que a reconstrução dessa identidade não poderia acontecer em detrimento do passado nazista e de sua singularidade. Para Josep Fontana, a revisão proposta por Nolte estava assentada na ideia de que os crimes cometidos pelos Nacional-socialistas estavam inscritos em um tipo de "guerra preventiva", interpretação intencionada, pois o tipo de guerra encaminhada no Terceiro Reich visava "*a aniquilação total e sistemática, pela fome e pelas execuções, de milhões de seres humanos em nome da luta contra os fantasmas hitlerianos do juden-bolchevismo. Não existe artifício acadêmico que possa "revisar" e "normalizar" isto*" (Fontana 2004, 371-372).

O debate entre Nolte e Habermas claramente tinha um pano de fundo que demonstrava as posições da escola intencionalista e estruturalista. Enquanto o primeiro advogava por uma interpretação totalitária e de cunho personalista, Hitler primeiramente apoiado pela sociedade e em seguida isolado até pelo próprio partido, o segundo buscava o caráter singular do extermínio e questionava *o assustador silêncio da sociedade* diante do horror cometido. Essa discussão, no entanto, não foi a única suscitada na Alemanha dos anos 1980. A querela iniciada entre Jürgen Habermas e Ernest Nolte movimentou o círculo universitário e desencadeou uma série de outras frentes, que faziam do regime nazista, da sociedade alemã e da Shoah temas indissociáveis, entre esses, discorreremos a seguir acerca da disputa de narrativa entre os historiadores Saul Friedländer e Martin Broszat.

Antes de passar ao conteúdo do debate propriamente dito, faz-se relevante posicionar ambos os historiadores em seu lugar de fala. Martin Broszat (1926-1989), alemão, ex membro da juventude hitlerista, defensor da escola estruturalista, escrevia uma história com base na vida cotidiana (*Alltageschichte*), dos "alemães comuns" que levavam uma "vida normal", sob essa ótica, desenvolveu um importante trabalho sobre a Baviera durante o regime nazista. O ponto de interesse na obra de Broszat é, portanto, os perpetradores. Saul Friedländer (1932-), judeu, salvo da Shoah por uma família católica, colocava seu ponto de interesse na perspectiva da vítima, e por esta visão produziu acerca da Alemanha nazista, suas interpretações e memórias. Utilizando uma metodologia diferente da vida cotidiana proposta por Broszat, Friedländer, diferenciava, conforme

---

apontado por Yehuda Bauer, *temas marginais*, como o povo alemão comum que vivia uma vida normal, de *temas principais*, a singularidade da Shoah e sua dimensão de crime contra a humanidade (Bauer 2013). Friedländer, por mais que tenha sido um crítico da escola estruturalista e posicionado boa parte dos seus argumentos do lado intencionalista, é um dos historiadores que, passado o clima de Guerra Fria, propôs uma fusão entre os elementos da escola intencionalista e estruturalista. Dois grandes historiadores da Shoah que, vivenciado de maneiras diferentes, possuem memória sobre o evento, e reconhecem o fato de estudarem o mesmo fenômeno a partir de perspectivas distintas.

A natureza do debate<sup>9</sup> entre os dois estava na necessidade, apontada por Broszat e questionada por Friedländer, da historicização do Nazismo. Em 1985, Martin Broszat publicava um artigo intitulado “*Defesa por uma historicização do Nacional-socialismo*”, como o próprio título indica, Broszat defendia que a história do Nacional-socialismo, e qualquer outro passado, precisava ser incluída no entendimento histórico. A discussão tem início quando, em 1987, Saul Friedländer, responde com um novo ensaio fazendo uma crítica a historicização através de uma questão problema, “*como o Nazismo pode ser historicizado quando uma de suas características mais importantes está no extermínio dos judeus? E quais são os limites dessa historicização?*” (Traverso 2012, 148). As réplicas, ocorrem por meio de correspondências que, seguindo o contexto da querela dos historiadores, assumem o caráter público.

A primeira das cartas, de um conjunto de seis, é escrita por Martin Broszat. Seus argumentos estão embasados na interpretação de que a Nova História Social, ao buscar compreender o processo de modernização da Alemanha e a chegada do Nacional-socialismo conferiu a Era Guilhermina e a República de Weimar lugar na historiografia, enquanto o Nazismo seguia sem alcançar o seu lugar na história da Alemanha. Dessa forma, a questão central do debate era saber “*qual o lugar do Nacional-Socialismo na História alemã e mundial?*”. Broszat, argumentava ser necessário retirar o passado nazista de seu local de *isolamento*, preso ao seu resultado – Auschwitz, e passá-lo a compreender a partir de novos critérios de análise, como uma continuação do passado alemão, presente na vida da sociedade comum.

Friedländer, no tocante ao mesmo ponto, evocava o caráter singular da Shoah, frente aquilo que Auschwitz viria a significar, para argumentar acerca do que considerava uma “normalização / relativização” da Shoah mediante sua historicização. Para ele, a historicização do Nazismo se fazia por vezes necessária, visto que a Alemanha estava inscrita no curso da história mundial, e por vezes impossível, se levado em consideração que o passado nazista, fincando suas raízes no presente, insistia em *não passar*.

---

<sup>9</sup> Para um estudo mais aprofundado do debate entre Martin Broszat e Saul Friedländer, ver: Traverso, 2012, 145 et seq. Cf. Schurster, 2016, 107 et seq. Cf. Bauer, 2013, 133-142 et seq.

---

A historicização reivindicada por Broszat precisa ser diferenciada daquela que tem por significado “deixar virar passado”. No caso proposto, o conceito de historicizar estava relacionado ao reconhecimento da necessidade de inserir o estudo do Nacional-socialismo no entendimento histórico, ademais, “o seu conceito de historicização, está fundamentado no princípio filosófico alemão de *Verstehen* (compreensão), histórico, crítico e elucidativo, forjado pela experiência do Nacional-socialismo e pela natureza do homem, segundo ele, revelada pelos nazistas” (Schurster 2016, 109), pelo conceito alemão de compreensão ter apresentado dois sentidos simultâneos e opostos no Pós-guerra, Broszat, vai preferir o conceito de *insight histórico*, ao que se refere como um desejo de entender somado a um distanciamento crítico, e não temporal, do seu objeto.

Um ponto que se apresenta de suma importância ao conceito de historicização de Broszat, diz respeito a sua relação com a *memória*. Metodologicamente, argumentava ele, existe o imperativo de uma exclusão da memória para a efetiva reconstrução do passado, aqui residia o ideal de objetividade. Na busca pela historicização do Nacional-socialismo era preciso superar o obstáculo que a memória representava, de confinar o fenômeno Nazi ao *isolamento* histórico, impedindo-o de virar história. Em defesa da memória, Friedländer, alerta que recusá-la como ponto válido de reconstrução histórica é acreditar no velho postulado positivista de objetividade e distanciamento inerente a pesquisa científica, como se o sujeito que constrói a escrita da história, pudesse ser completamente neutro, livre de suas subjetividades e de seu contexto sociocultural. Faz-se importante ressaltar que Broszat não invalidava a memória judia, mas, dizia ele, tinha o cuidado de localizá-la fora da investigação histórica.

Foi na temática do *antisemitismo* que o debate mostrou ter como pano de fundo as visões da escola intencionalista e estruturalista. O estruturalismo de Martin Broszat, argumentava que o antisemitismo não foi causa, e sim um elemento, entre outros do contexto, que possibilitou a ascensão do Nazismo e a *radicalização acumulativa* de medidas que levaria ao extermínio de judeus. Saul Friedländer, fundindo os elementos da escola intencionalista e estruturalista, defende que essa política foi resultado da expressão da influência radicalizada do ditador somada a expressão do *antisemitismo redencionista*<sup>10</sup>.

Nota-se, mais uma vez, a importância de se captar os pontos de intersecção entre as diferenças de posicionamento durante a década de 1980. Tarefa que coube a Saul Friedländer, quando, longe do contexto de Guerra Fria, escreveu “*O Terceiro Reich e os judeus*”. No livro, o historiador, marcado por fortes críticas ao estruturalismo e a história da vida cotidiana, defende

---

<sup>10</sup> Saul Friedländer vai distinguir o antisemitismo em dois tipos: primeiro, um antisemitismo característico das descobertas pseudocientíficas do século XIX, o darwinismo social e a teoria de melhoramento da raça, e o segundo, o antisemitismo redencionista, advindo do temor da miscigenação entre as raças, este estaria fundamentalmente baseado em uma visão religiosa.

agora a importância de uma história integrada, que seja capaz de retratar as visões dos diferentes sujeitos envolvidos no fenômeno nazi: vítima, perpetradores e testemunhos. Tratava-se de um *relato integrado de destinos*, reconhecendo que são sujeitos com destinos diferentes, em um mesmo ambiente histórico. Friedländer advoga acerca da importância da macro análise, os *temas principais*, assim como reconhece os benefícios advindos da microanálise, os *temas marginais* (Bauer 2013).

Essa fusão entre elementos intencionalistas e estruturalistas, no entanto, só viria a ocorrer no pós-Guerra fria. O debate que culminou no consenso provisório entre os historiadores alemães ocorreu entre Hans Mommsen e Ian Kershaw e tinha por natureza a discussão acerca do papel de liderança do Führer e as disputas entre os blocos de poder, denominação com base na *poliarquia* de Franz Neuman – Forças Armadas, administração estatal, burocracia de Estado e burocracia do partido nazista. Mommsen e Kershaw, discutem a personalidade de Hitler entre um *ditador fraco*, tese do primeiro, e um *ditador indiferente*, que estava muito mais envolvido em questões militares e na política externa, defendido pelo segundo. As teses dos dois historiadores se complementaram na medida em que as disputas internas entre os blocos de poder, foram entendidas dentro de um cenário de autonomia, desejo e interpretação das ordens do Führer pelos funcionários nazistas.

A historiografia que tem se debruçado sobre a análise da querela dos historiadores alemães, aponta para a característica de que o debate não fez avançar os estudos do regime nazista em termos de conhecimento real. Fazendo-se preciso atentar ao fato, de que o interesse em acontecimentos cronológicos ou na história alemã, não era o objetivo, ao menos para uma parte dos historiadores, da produção que se desenvolvia. Antes disso, uma forte contribuição no sentido historiográfico pode ser notada no que concerne a relação do historiador com as suas, como queria Michel de Certeau, *condições de produção*. O posicionamento quanto ao contexto, a narrativa, os limites da escrita histórica e a responsabilidade social do historiador são, sem dúvidas, avanços proporcionados por essa primeira fase, que representou o momento mais aguçado das discussões.

A segunda fase da querela dos historiadores alemães, conforme apontado por Fontana, é em 1996, quando da publicação da tese de Daniel Goldhagen (1959-), *os carrascos voluntários de Hitler*. O livro, que possuía o objetivo expresso de “*compreender as ações e a mentalidade das dezenas de milhares de alemães comuns que se tornaram genocidas*” (Goldhagen 1997, 12), foi amplamente criticado pela comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que, no contexto de uma “explosão dos discursos da Shoah” na esfera pública, o público alemão não especializado o recebia com afinco. Para o historiador Federico Finchelstein, a principal característica de Daniel Goldhagen é voltar a fazer perguntas necessárias para o entendimento do nosso presente, entre elas, as razões que motivaram o assassinato de milhões de judeus se coloca como primordial, uma vez que ao se posicionar no

---

limite de compreensão, representação e conceitualização historiográfica, está longe de ser compreendida (Finchelstein 2010, 100 et. seq.).

No que concerne a receptividade do livro entre os alemães, o historiador Yehuda Bauer, em *Reflexiones sobre el Holocausto*, onde tece severas críticas acerca dos argumentos de Goldhagen, afirma acreditar que o êxito do livro entre o público não especializado está

[...] na qualidade simplista do argumento e seu caráter maniqueísta (preto e branco). Um fenômeno complicado que se explica mais ou menos assim: os alemães mataram judeus porque eles quiseram; o queriam desde a Idade Média. E isto é tudo. As pessoas não gostam de explicações complicadas, não querem análises diferenciadas. Querem simplicidade, inclusive simplicidade insensata. E Goldhagen as deu. (Bauer 2013, 139-140)

Fortemente marcado por argumentos de cunho estruturalista, o livro de Goldhagen, apresenta a característica de voltar a uma discussão acerca do *Sonderweg*, o caminho único alemão. Para o sociólogo, *os carrascos voluntários de Hitler*, era o povo alemão, todo o povo alemão, que guiados por uma ideologia antissemita, culturalmente trabalhada na sociedade, apoiaram livremente os crimes nazistas, culminando no extermínio de milhões de judeus. Nota-se assim, que para o autor, o que motivou o extermínio dos judeus foi a ideologia antissemita.

Quanto a essa questão, Yehuda Bauer lembra, que diferente do que afirmou Goldhagen, não se trata de uma visão nova, já tendo sido amplamente trabalhada pelo próprio Bauer e Saul Friedländer. Uma contraposição de conceitos nos parece aqui oportuna. O *antisemitismo eliminacionista* de Goldhagen, esbarra na conceitualização de antisemitismo formulado por Friedländer. Enquanto o primeiro, compreende a ideologia antissemita como uma cultura de continuidade no povo alemão, o historiador judeu (Friedländer) o difere em dois tipos: i) aquele advindo das teorias social darwinista e de melhoramento das raças e ii) o redencionista, proveniente do temor da miscigenação entre as raças, fundamentalmente baseado em uma visão religiosa. A ideologia antissemita sozinha não explica os crimes cometidos, ela precisa estar relacionada ao programa nazista.

O livro de Goldhagen representou, enquanto objeto de crítica de muitos dos estudiosos das cinquenta décadas de debates sobre a Shoah, uma volta a explicação monolítica do fenômeno, centrada na culpa coletiva. Há que lembrar que o livro demonstra um forte envolvimento entre o autor e seu objeto de análise. Dominick LaCapra alerta para o fato de que Goldhagen não conseguiu construir a história da Shoah por meio de uma crítica apropriada e sistemática da memória, ao contrário, sua extrema identificação com a vítima o fez retornar ao mito de uma culpa coletiva generalizada a toda a sociedade alemã (LaCapra 2009).

Cada um desses debates contribuiu, de forma significativa e original, para inserir a Shoah em uma cadeia de historicidade, que a transformando em fenômeno histórico, conferiu-lhe

atemporalidade e universalidade. De certo, percebemos na historiografia alemã que a escrita desse fenômeno possui uma trajetória de secundarização e, em seguida, de indissociabilidade em relação ao Nacional-socialismo. Afastando-se dessa frente interpretativa, a década de 1970 marca nos Estados Unidos a *reviravolta cultural*. No terreno da História, contudo, essa reviravolta, que se colocou no campo linguístico, especificamente na análise do discurso, só chegaria entre a década de 1980 e 1990; suas narrativas também apresentarão reflexos na escrita da história da Shoah.

O historiador Hayden White (1928-2018) é quem, nos Estados Unidos, coloca-se como um de seus principais representantes. White, unindo a teoria da História a teoria literária, cria a “*teoria tropológica do discurso*”, pela qual toda narrativa histórica possui natureza poética e linguística. O historiador em seu ofício não apresenta a verdade histórica, mas o fruto de suas escolhas teóricas e metodológicas, afinal, é ele quem escolhe, consciente e inconscientemente, com quais evidências trabalhar. O ofício do historiador seria então o de aplicar uma “poética da história” na explicação do “que estava realmente acontecendo”. White põe em prova a cientificidade da História e a aproxima de um artefato literário, uma estruturação verbal apresentada em prosa narrativa. Vista dessa maneira, a História não pode oferecer uma compreensão total do passado, sendo a sua escrita uma fusão de forma e narrativa. Na análise de um texto histórico, deve-se observar, portanto, sua estrutura interna, os componentes de sua produção (Fontana 2004, 400 et. seq.).

A totalidade do conhecimento histórico requerido por Hayden White é, para o estudo de qualquer período, por qualquer via interpretativa da História, irrealizável. O seu questionamento ao caráter científico da História, com base no argumento das “escolhas feitas pelo historiador”, insustentável. Evidentemente, todo historiador, ao delimitar seu objeto de pesquisa, precisa fazer escolhas teóricas e metodológicas, que são, tal como apontou o próprio White, conscientes ou não. Sob o processo de sua escrita, influi o seu contexto sociocultural, seu domínio linguístico, sua preferência política, dentre outros aspectos condicionantes de perspectiva. Michel de Certeau, em *A escrita da História*, alerta que ao a *fazer história*, o historiador está produzindo um espaço e um tempo, estando ele mesmo inserido em um espaço e um tempo. O fazer historiográfico envolve, em Certeau, o lugar social, a prática científica e a escrita, sendo essa última o produto do envolvimento entre os referidos elementos (Certeau 1982).

A *reviravolta linguística*, ou pós-modernismo, não ficou marcada somente pelos argumentos de White, podemos citar nomes, resguardadas as diferentes perspectivas, como Dominick LaCapra, Paul Ricoeur, Roger Chartier, Paul Veyne, o já citado Michel de Certeau, dentre outros. As dessemelhanças entre as visões acerca da escrita da História, geram, também aqui, frentes de debates, suas temáticas estavam quase sempre voltadas para uma discussão entre ficção e História. À guisa de exemplos, temos o embate entre Art Spiegelman e Dominick LaCapra. Após uma

---

---

adequada pesquisa das fontes e prudente interpretação para a escrita da HQ *Maus, a história de um sobrevivente*, Spiegelman vê seu livro classificado por LaCapra (La Capra 2009, 161 et. seq.) na categoria de ficção, como uma disputa entre história etnográfica e construção artística, a HQ é uma fusão da história de vida do seu pai, judeu polonês sobrevivente de Auschwitz, e a sua. Art Spiegelman, diante da classificação, ironiza dizendo que não teria passado tanto tempo pesquisando fontes, se soubesse que seu livro seria classificado como literatura.<sup>11</sup> Discussão de igual teor, é produzida por Hayden White e Roger Chartier, que se nega a acreditar na fórmula simplista de construção dos conflitos históricos como um produto único da linguagem. A História do Tempo Presente, assinala ele,

[...] mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias (Chartier 2006, 217).

Inscrito nessa perspectiva, interessa-nos em especial, o debate entre Hayden White e, o historiador italiano representante da micro-história, Carlo Ginzburg (1939-). A história da Shoah, a escrita da História e as diferentes visões acerca do postulado de verdade histórica, são temas do debate dos limites da representação de um evento limite. Hayden White, argumenta em defesa de uma “*relatividade inevitável em toda representação dos fenômenos históricos*”, incluído aqui o extermínio de judeus, enquanto seu opositor, Ginzburg, critica o relativismo com base nas dimensões éticas e ressalta a significação da leitura das evidências disponíveis para se reconstruir o passado histórico (Malerba 2006).

A inserção da história da Shoah no “relativismo” da verdade histórica, classificou Hayden White entre os chamados *revisionistas* ou *negacionistas*. Um projeto de “intelectuais” do pós-Guerra que buscavam denunciar o que consideravam falsificações no conteúdo da Segunda Guerra Mundial e do extermínio de judeus, baseados em três principais pontos: Defesa e reabilitação do Nacional-socialismo; Ausência de culpa da Alemanha pela Segunda Guerra Mundial e Justificação ou negação dos campos de extermínio e da Shoah (Moraes 2015, 491).

A corrente revisionista pode ser identificada em Ernest Nolte, com o argumento da “guerra preventiva”, que buscava livrar a Alemanha da culpa e deixar *o seu passado passar*, servindo de pano de fundo, como alertou Habermas, para os interesses conservadores da época. A intensificação da corrente, coloca em dúvida o número de mortos nos campos de concentração, nega o seu caráter sistemático ou relativiza a verdade histórica, a ponto de negar a existência das câmaras de gás e

---

<sup>11</sup> Para a discussão acerca dos processos de escrita da História, ver: Almeida, Renata Geraissati Castro de. “Os limites entre a História e a Ficção”. *hist. historiogr.* Ouro preto. n. 22 (2016): 202-213. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1149.au

---

afirmar que a Solução Final foi a expulsão dos judeus em direção ao Leste europeu. Nas palavras de Bédarida, esse revisionismo é o estágio supremo do falsificacionismo. Podemos identificá-lo na argumentação de Renzo di Felice ao buscar uma revisão para o fascismo mussoliniano na Itália, ou ainda, nos argumentos do professor francês e revisionista da Shoah, Robert Faurisson (1929-), que foi objeto de crítica no livro *Os assassinos da memória*<sup>12</sup> de Pierre Vidal-Naquet.

“*A verdade é filha do poder e nem sempre é irmã da ética*”, nos alertava Marcos Napolitano (2015, 98) ao escrever acerca das batalhas da memória e a escrita da História. Podemos considerar que o debate entre White e Ginzburg se inscreve na máxima de Napolitano, enquanto um advogava ao revisionismo, que serve a visão conservadora, o outro requeria a dimensão ética como *limite da representação*, a utilidade social do fazer historiográfico presente na compreensão do passado por meio da responsabilidade social.

Em “*Enredo e verdade na escrita da História*”, Hayden White, classifica a realidade histórica como uma entidade linguística pertencente à ordem do discurso, questionando, se no caso da Shoah existe um limite para representação ou se seu significado é, como qualquer outro evento histórico, infinitamente interpretável e *basicamente indeterminável*. Defendendo que o historiador, tal como o romancista, escreve por meio da elaboração de um enredo, White conclui, que se é condenada a escrita ficcional e poética acerca da Shoah, também o é qualquer relato narrativo, “*porque cada elaboração de enredo é um tipo de figuração*”, nesse caso, “*o Holocausto, a Solução Final, a Shoah, o Churban ou o genocídio alemão dos judeus não é mais irrepresentável do que qualquer outro evento da história humana*” (White 2006, 201 et. seq.).

Atemo-nos a característica “indeterminável” levantada por White. Nenhuma representação do passado é capaz de mostrar a totalidade dos acontecimentos, de cada narrativa se apreende o posicionamento e as evidências de reconhecimento da própria história. A essas evidências de reconhecimento, Carlo Ginzburg chamou de “*princípio da realidade*”. O historiador italiano, adota o paradigma de *método indiciário*<sup>13</sup>, por meio do qual reconhece que a forma de olhar o documento não é a mesma dos positivistas. As temáticas sobre as quais se debruçam os historiadores do presente, entre elas a Shoah, são diferentes daquelas estudadas pelos historiadores do XIX, da mesma forma que a diversidade e natureza das fontes também o são. Isso não significa, contudo, que a busca pela verdade não exista, por mais que não se tenha o objetivo idealista de capturá-la em sua totalidade.

---

<sup>12</sup> Em um conjunto de cinco textos escritos entre 1980 e 1987, Pierre Vidal-Naquet, coloca em embate a memória e a história, e confronta diretamente o revisionismo, ou o que chama de *escola revisionista / exterminacionista*, de Robert Faurisson. A *escola exterminacionista* seria uma tentativa de trocar uma “*verdade insuportável por uma mentira tranquilizadora*”. O “*Eichmann de papel*” seria, assim, os revisionistas, que buscam exterminar da História os campos de extermínio.

<sup>13</sup> Para um debate mais aprofundado acerca da micro-história, do método indiciário e da trajetória intelectual de Carlo Ginzburg, ver: Maynard, Dilton Cândido Santos. Introdução à micro-história: apontamentos sobre a obra de Carlo Ginzburg. In: Maynard, Dilton Cândido Santos; Souza, Josefa Eliana. (org.). *História, Sociedade, Pensamento Educacional: experiência e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Autografia 2016. ISBN: 978-85-5526-754-3.

O caráter de “indeterminável”, requerido por White, é desconstruído a partir de uma volta ao passado tal como ele foi, o uso da ferramenta rankeana, utilizada por Ginzburg, de voltar ao passado e apreender dele a verdade dos fatos. Isso é, antes da análise / interpretação dos eventos históricos, faz-se necessário voltar “*as coisas mesmas*”, e descrever o passado naquilo que dele pode ser apreendido, sem construção narrativa.<sup>14</sup> O “fantasma da coisa em si”, como escreve Ginzburg, e as recordações fragmentárias e distorcidas sobre ele fornecem a base para a busca do evento real, que é restituído a partir de uma crise de confronto entre o testemunho e as provas. A dimensão ética da escrita da História estaria então no princípio da realidade. No reconhecimento de que a coisa em si existe, e o testemunho representa a memória do evento, que ao ser confrontada com as evidências de reconhecimento do passado, ganham em legitimidade (Ginzburg 2006).

As discussões acerca do testemunho e a forma como trabalhá-lo, estão inseridas nas décadas finais do século XX. Se vimos, a partir da historiografia alemã, o fenômeno da Shoah secundarizado ou preso ao Nacional-socialismo, com as novas abordagens, decorrentes do fim da Guerra Fria, o que se vê é um espaço próprio, dentro da historiografia, para ele. O ressurgimento da memória, judia e alemã, os traumas coletivos, o ensino desses traumas, as condições de repetição do genocídio, dentre outros, são os temas que passam a ser discutidos a partir dos avanços herdados das décadas anteriores.

A Shoah assume duas características que consideramos fundamentais para os estudos da memória: o seu caráter de singularidade, por ser um evento sem precedentes na história, e a universalidade. O entendimento de que o fenômeno revelou a natureza do homem e demonstrou que o genocídio coletivo é uma prática *humanamente possível*, fez ele ultrapassar as barreiras da história do povo judeu, e se inscrever no curso da história mundial. Compreender qual o local da memória, as razões que levaram pessoas comuns a se transformarem em assassinos coletivos, a silenciarem diante do horror, coloca-nos diante de um novo estudo, onde a questão humana ganha uma posição central. A chave explicativa Estado – sociedade civil é dissolvida, e as relações feitas entre o racismo e o agir político do fascismo, mostra-nos que “*o holocausto representa um selo, o carimbo definitivo, do fascismo como corrente política incapaz de apresentar-se, inclusive hoje, como alternativa possível de ordenamento civilizado do mundo*” (Silva 2015, 121).

A consideração do caráter de universalidade do evento, leva-nos ao entendimento que o *outro conveniente* (Gay 1995) passou a ser estabelecido conforme sua época. As condições de permanência do agir fascista são assim identificadas no racismo, na negação da alteridade, na construção de um “contra tipo ideal”, que transforma qualquer grupo étnico em vítimas potenciais.

---

<sup>14</sup> Para a discussão do emprego de ferramentas filosóficas no domínio da História, ver: Schurster, Karl. *O fenômeno nazí e seu impacto na historiografia do tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia 2016.

---

Compreender como foi humanamente possível é um convite ao historiador comprometido com a responsabilidade social do seu ofício, Adorno acertava quando nos dizia que “o retorno ou não retorno do fascismo constitui em seu aspecto mais decisivo uma questão social” (Adorno 1995, 123). Compreender se faz necessário, por fim, frente ao desafio de fundar métodos de ensino capazes de garantir que a máxima do *nunca mais*, possa de fato não mais existir. Enquanto persistirem as condições de ressurgimento do agir fascista, a Shoah será sempre um tema do presente.

### Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor. W. “Educação e Emancipação”. Em: *Educação após Auschwitz*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terro, 1995.
- Bauer, Yehuda. *Reflexiones sobre el Holocausto*. Jerusalém: E.D.Z. Nativ Ediciones, 2013.
- Certeau, Michel de. “A operação historiográfica”. Em: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- Chartier, Roger. “A visão do historiador modernista”. Em: *Usos & abusos da História oral*, org. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Finchelstein, Federico. *El canon del holocausto*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- Fontana, Josep. *A História dos Homens*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- Gay, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. O cultivo do ódio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Ginzburg, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. Em: *A história escrita: teoria e história da historiografia*, org. Jurandir Malerba. São Paulo: Contexto, 2006.
- Goldhagen, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. Trad. Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- Habermas, Jürgen. “Tendências apologéticas”. Trad. Márcio Suzuki. *Novos Estudos*, nº 25 (1989).
- La Capra, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- Moraes, Luiz Edmundo de Souza. Verbete: “Revisionismo negacionistas”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 491, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- Napolitano, Marcos. “Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil”. Em: *História e memória das ditaduras do século XX*, org. Samantha Viz Quadrat, Samantha e Denise Rollemberg. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- Nolte, Ernest. “O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”. Trad. Márcio Suzuki. *Novos Estudos*, nº 25 (1989).
- Paxton, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres & Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- Schurster, Karl. Verbete: “Nazismo (historiografia)”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 175, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
-

Schurster, Karl. Verbete: “*Sonderweg* (A questão do caminho único)”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 235, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Schurster, Karl. “A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos”. *Aedos: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*. Porto Alegre, v. 7, n. 16 (2015): 423-440.

Schurster, Karl. *O fenômeno nazí e seu impacto na historiografia do tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

Silva, Francisco C. Teixeira da. Verbete: “Totalitarismo (teoria e prática)”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 259, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Silva, Francisco C. Teixeira da. Verbete: “Fascismo e Ditaduras, novas abordagens”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 95, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Silva, Francisco C. Teixeira da. Verbete: “Holocausto e política”. Em: *Enciclopédia de guerras e revoluções – vol II: 1919-2045: A época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial [1939-1945]*, org Francisco C. Teixeira da Sil, e et. al., 121, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Suzuki, Márcio. “Introdução à “querela dos historiadores””. *Novos Estudos*, nº25 (1989).

Traverso, Enzo. *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

White, Hayden. “Enredo e verdade na escrita da História”. Em: *A história escrita: teoria e história da historiografia*, org. Jurandir Malerba, São Paulo: Contexto, 2006.

\*\*\*

Recebido: 19 de abril de 2020

Aprovado: 11 de junho de 2020